



Newsletter

N.º 10 - Junho 2014

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 O Procedimento Extrajudicial Pré-executivo
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

Dedicamos nesta nossa Newsletter especial atenção ao procedimento extrajudicial pré-executivo, de natureza facultativa, que permite que o credor, munido de um título executivo idóneo para o efeito, proceda, por via do agente de execução, à consulta às várias bases de dados nos mesmos termos daqueles que se verificam no âmbito da ação executiva, a fim de averiguar se o devedor tem bens penhoráveis antes de ser instaurada a correspondente ação executiva.

Esta medida mereceu, compreensivelmente, o aplauso da Câmara dos Solicitadores, e algumas reservas e até oposição, nalguns dos seus aspetos, por parte da Ordem dos Advogados.

De qualquer forma, e como se refere nas conclusões do nosso artigo, espera-se que este novo procedimento venha a ter, no mínimo, o mérito de libertar os tribunais de ações executivas infrutíferas, permitindo que as execuções que cheguem a juízo corram de forma célere e eficaz.

Quanto à legislação e jurisprudência, a nota dominante continua a ser a escassa produção. Sinais dos tempos!

José Pina



O Procedimento Extrajudicial Pré-executivo

No passado dia 30 de maio, foi publicada em Diário da República a Lei n.º 32/2014, que aprova o **procedimento extrajudicial pré-executivo**, que entrará em vigor no próximo dia 1 de setembro.

Estamos perante um procedimento facultativo que visa assegurar um meio célere e económico que permita ao credor consultar as várias bases de dados, em termos semelhantes àqueles que se verificam no âmbito da ação executiva, através do agente de execução, a fim de averiguar se o devedor tem bens penhoráveis, ainda antes de instaurar a ação executiva.

Com efeito, estamos em crer que a medida se reveste da maior utilidade prática, uma vez que o conhecimento, pelo credor, da existência ou inexistência de bens do devedor é um fator essencial para que aquele se decida pela instauração de uma ação executiva, evitando-se, assim, processos executivos improficuos e os custos que lhes estão associados.

Outra grande vantagem deste procedimento consiste na possibilidade de, ante a verificação da inexistência de bens penhoráveis, e após a inclusão do devedor na lista pública dos devedores, o credor obter uma certidão eletrónica de incobrável da dívida, pela qual é devido o montante de € 25,50, a emitir pelo agente de execução, que garanta que a dívida é incobrável para efeitos fiscais, sendo comunicada à Administração Tributária por via eletrónica. Contudo, caso o devedor venha a ser excluído da lista pública de devedores, por pagamento integral da dívida, em momento posterior à emissão da certidão de incobrável da dívida, tal facto também será notificado à Administração Tributária, por via eletrónica, pelo agente de execução.

Vejamos, então, quais os requisitos deste procedimento e a sua tramitação.

Para recorrer a este procedimento, devem estar reunidos três requisitos:

(...) procedimento facultativo que visa assegurar um meio célere e económico que permita ao credor consultar as várias bases de dados, em termos semelhantes àqueles que se verificam no âmbito da ação executiva, através do agente de execução, a fim de averiguar se o devedor tem bens penhoráveis, ainda antes de instaurar a ação executiva.

1. O credor deve estar munido de título executivo que reúna as condições para aplicação da forma sumária do processo comum de execução para pagamento de quantia certa, a saber:

- a. Decisão arbitral ou judicial,
- b. Requerimento de Injunção ao qual tenha sido aposta fórmula executória, incentivos específicos deverá ter por base as denominadas “regiões de convergência”, sendo que no atual quadro comunitário de apoio, o QREN, só quatro das 30 regiões NUT III (Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas que engloba 28 regiões do Continente e as duas regiões autónomas) não são considerados territórios de convergência (Grande Lisboa, Península de Setúbal, Algarve e Madeira).
- c. Título extrajudicial de obrigação pecuniária vencida, garantida por hipoteca ou penhor,
- d. Título extrajudicial de obrigação pecuniária vencida cujo valor não exceda o dobro da alçada da primeira instância, ou seja, € 10.000,00;

2. A dívida deve ser certa, líquida e exigível; e

3. Deve ser indicado o número de identificação fiscal nacional do credor e do devedor.

Para dar início ao procedimento

extrajudicial pré-executivo, o credor deverá apresentar um requerimento (“requerimento inicial”), através do preenchimento de um formulário específico que constará de uma plataforma informática do Ministério da Justiça ou por este aprovada, e da junção dos documentos que o devem acompanhar (título executivo, entre outros que se afigurem necessários). A apresentação do requerimento deve ser acompanhada do pagamento do montante global de € 76,50.

Após a distribuição automática do formulário a um dos agentes de execução constantes da lista de agentes de execução que estejam inscritos no procedimento extrajudicial pré-executivo, aquele que for designado realizará a consulta às seguintes bases de dados, com vista à obtenção de informação referente à identificação e localização do devedor, bem como dos bens penhoráveis de que seja titular:

- i. Base de dados da administração tributária;
- ii. Base de dados da segurança social;
- iii. Base de dados do registo civil;
- iv. Base de dados do registo nacional de pessoas coletivas;
- v. Base de dados do registo predial;
- vi. Base de dados do registo comercial;
- vii. Base de dados do registo de veículos;
- viii. Base de dados de outros registos ou arquivos semelhantes; e

ix. Base de dados do registo informático de execuções.

Na sequência da concretização das consultas, o agente de execução elabora um relatório que resume o resultado das mesmas, indicando quais os bens identificados ou a circunstância de não terem sido identificados bens penhoráveis. Notificado deste relatório, o credor poderá, no prazo de 30 dias, requerer:

- i. A convalidação do procedimento em processo de execução, caso se verifique a existência de bens suscetíveis de penhora; ou
- ii. A notificação do devedor, por contacto pessoal, o que comporta um custo de € 25,50, para que este, no prazo de 30 dias:
 - a) Pagar o valor em dívida, acrescido dos juros vencidos até à data limite de pagamento e dos impostos a que possa haver lugar, bem como dos honorários devidos ao agente de execução previstos no artigo 20.º;
 - b) Celebrar acordo de pagamento com o credor, com a junção do qual o procedimento é extinto. Note-se, a este propósito, que o não pagamento atempado de qualquer das prestações devidas

determina o vencimento das demais, devendo o credor, no prazo de 30 dias contados da data do incumprimento, requerer ao agente de execução a convalidação do procedimento em processo de execução, sob pena de o procedimento ser automaticamente extinto;

- c) Indicar bens penhoráveis;
- d) Opor-se ao procedimento, aplicando-se à oposição o disposto no Código de Processo Civil para a oposição à execução.

A convalidação do procedimento extrajudicial pré-executivo em processo de execução fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- i. Apresentação de requerimento executivo ou de requerimento de execução de decisão judicial condenatória, consoante o caso, nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 724.º do Código de Processo Civil e respectivos diplomas regulamentares;
- ii. Junção do relatório do agente de execução supra referido, uma vez que, em caso de convalidação, não se repetem as diligências para localização de bens penhoráveis, através das

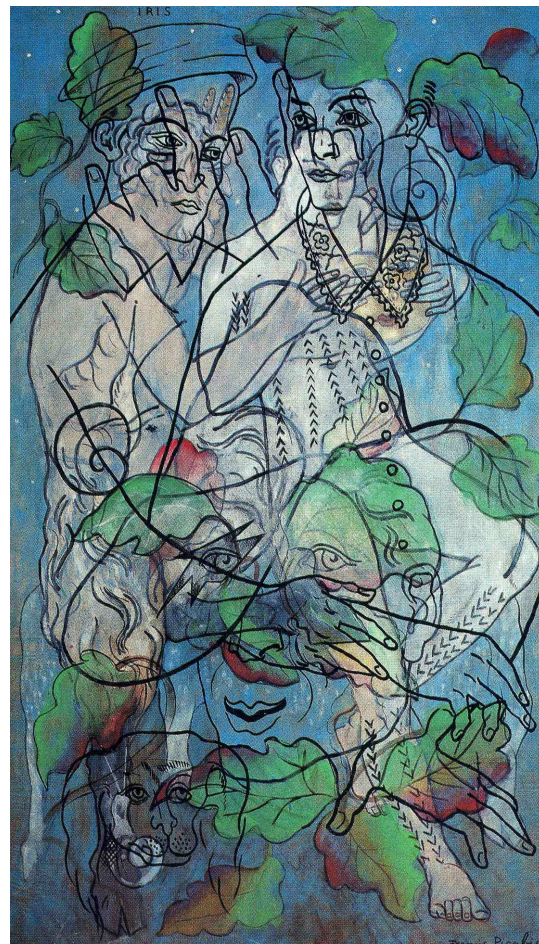
consultas às bases de dados.

Salienta-se, por último, que nos procedimentos que tenham terminado sem a identificação de quaisquer bens penhoráveis e que não tenham sido convolados em processos de execução, o credor pode, no prazo de três anos após o termo do procedimento, solicitar a realização de novas consultas.

Atento o exposto, é nosso entendimento que este procedimento poderá ser da maior utilidade para os credores, particulares ou empresariais, permitindo que os mesmos verifiquem a priori a utilidade da ação executiva, por um lado, e a obtenção de uma certidão de incobrável da dívida para efeitos de reembolso do IVA, por outro.

Acresce que, com uma correta divulgação do procedimento, o mesmo poderá ter, ainda, a virtualidade de libertar os tribunais de ações executivas vãs, porque infrutíferas, permitindo, pelo menos em teoria – e esperamos que também na prática –, as execuções que cheguem a juízo corram de forma tão célere e eficaz quanto possível.

De negativo, aponta-se o reverso daquelas vantagens, ou seja, a facilidade com que qualquer credor consegue aceder aos dados pessoais do devedor, o que não deixa de revelar a exposição a que estão sujeitos os dados pessoais de cada um (pessoa singular ou coletiva).



Mariana Lupi

marianalupi@cammp.pt



- INSOLVÊNCIA -

[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 2 de junho de 2014](#)

Insolvência – Legitimidade passiva – Verificação ulterior de créditos

A declaração de insolvência priva imediatamente o insolvente, por si ou pelos seus administradores, dos poderes de administração e de disposição dos bens integrantes da massa insolvente, os quais passam a competir ao administrador da insolvência (artigo 81.º n.ºs 1 e 4 do CIRE). Todavia, esta indisponibilidade relativa não priva o insolvente de atuar em defesa dos seus interesses e, por isso, a representação do devedor pelo administrador da insolvência não se estende à intervenção daquele no âmbito do próprio processo de insolvência, seus incidentes e apensos, salvo expressa disposição em contrário (artigo 81.º, n.º 5 do CIRE). O devedor tem assim, legitimidade para intervir no âmbito de uma reclamação ulterior de créditos nos termos do artigo 146.º do CIRE, tanto mais que esta norma aí o refere

expressamente, numa situação clara de listisconsórcio necessário. O credor que tenha o seu crédito reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência, se nele quiser obter pagamento (artigo 128.º, n.º 1 do CIRE, pese embora o Administrador da insolvência tenha o dever de reconhecer, não apenas os créditos reclamados, mas também os que constem dos elementos da contabilidade do devedor ou sejam por outra forma do seu conhecimento (artigo 129.º, n.º 1 do mesmo diploma legal). O prazo de caducidade a que se refere a 2ª parte do n.º al. b) do artigo 146.º do CIRE conta-se da data da constituição do crédito e não da sua exigibilidade, conceitos, aliás, substancialmente distintos. Por essa razão, estando na base de reclamação ulterior de créditos, os provenientes da celebração de contratos de mútuos com hipoteca, é a partir da sua celebração que o referido prazo se conta, e não de uma eventual exigibilidade ou conhecimento advenientes do facto de tais créditos terem sido reclamados no âmbito de uma execução

fiscal, e o produto da venda do bem hipotecado ter sido transferido para a massa insolvente.

- PROCESSO CIVIL -

[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 2 de junho de 2014](#)

Direito de retenção – Reclamação de créditos

A sentença proferida em sede de ação declarativa que reconheça ao credor reclamante a existência do direito de retenção não constitui caso julgado contra o credor hipotecário, que não interveio nessa ação, não lhe sendo por isso oponível, embora não pondo em causa a validade do crédito hipotecário, o certo é que afeta a sua consistência, por oneração do património do devedor, opondo-se ao direito de um terceiro juridicamente interessado, incompatível, em alguma medida, com o direito de retenção sobre a coisa hipotecada.

Não tendo o credor hipotecário, em sede de reclamação de créditos, deduzido qualquer impugnação ao crédito

garantido pelo direito de retenção, conforme lhe compete e com base em qualquer outro fundamento, para além dos elencados nos arts. 814.º e 815.º, do CPC, dever-se-á ter como reconhecido o crédito assente nesse direito de retenção e graduá-lo em conformidade com os n.os 2 e 4 do art. 868.º do CPC, tendo em conta o preceituado no art. 759.º, n.º 2. do CC.

[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 5 de junho de 2014](#)

Dispensa do dever de sigilo bancário – Diligências probatórias

Deferida pelo juiz que preside ao julgamento a realização de determinada diligência probatória, não cabe ao juiz do processo o poder de a indeferir uma vez que é àquele que cabe decidir a matéria de facto e, como tal, decidir sobre a conveniência ou necessidade da diligência em causa. Se no relatório, na fundamentação ou na decisão um Acórdão não se pronuncia sobre a dispensa do dever de sigilo em relação a uma determinada entidade bancária, esse Acórdão não forma caso julgado impeditivo de que essa dispensa possa ainda ser obtida.

- CIVIL -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 29 de maio de 2014](#)

Impugnação Pauliana – Má fé

A declaração de ineficácia de duas transmissões, em ação de impugnação pauliana, deixa intocado ato de alienação onerosa posterior, se no processo em que teve lugar tal declaração, se considerou não provado que esta adquirente – ali interveniente principal com apresentação de articulado – estivesse de má fé. Não se tendo provado que esta adquirente tenha agido de má fé, fica quebrada a corrente e afastada a impugnação pauliana relativamente transmissão onerosa a outrem por ela levada a cabo.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 29 de maio de 2014](#)

Condomínio – Obras – Exceção de não cumprimento

O condómino não pode opor ao condomínio a exceção de não cumprimento, quando este dele exige o pagamento da sua quota-parte do custo de obras que contratou com

um terceiro, que têm por objeto as partes comuns do edifício, com o fundamento de que os trabalhos foram executados de forma defeituosa.

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

[Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, de 28 de maio de 2014](#)

A expressão "se a vítima não for reconvertível em relação ao posto de trabalho", contida na alínea a) do n.º 5 das Instruções Gerais da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidente de Trabalho ou Doenças Profissionais, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro, refere-se às situações em que o sinistrado, por virtude das lesões sofridas, não pode retomar o exercício das funções correspondentes ao concreto posto de trabalho que ocupava antes do acidente.



PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- CIVIL -

Lei n.º 34/2014, de 19 de junho de 2014

Segunda alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, atualizando as suas disposições e concretizando o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro, no que respeita à definição dos requisitos e prazos necessários para a obtenção do reconhecimento de propriedade sobre parcelas de

leitos ou margens das águas de mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis.

- LABORAL -

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho de 2014

Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, sendo aplicável à administração direta e indireta do Estado e, bem assim, com as adaptações impostas pela observância das correspondentes competências, aos órgãos e serviços de apoio à Assembleia da República.

- ADMINISTRATIVO -

Decreto da Assembleia 234/XII

Autoriza o Governo a aprovar o novo Código do Procedimento Administrativo.

- DESPORTO -

Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de junho de 2014

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, que estabelece o regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva.

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.